

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato n.º 16/2014

Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - CNPJ nº 00.534.560/0001-26 -  
Contratada: ÁGIL - EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA. - CNPJ nº 72.619.976/0001-58 -  
Objeto: prestação de serviço de vigilância patrimonial e segurança pessoal privada armada -  
prorrogação de vigência contratual - Processo n.º 000.025.963/2014 - Licitação: Pregão  
Eletrônico nº 59/2013, com amparo na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e  
subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas Leis Distritais nos 4.611/2011 e  
5.345/14, pelos Decretos Distritais nºs 23.460/2002, 25.966/2005 e 35.592/2014, Decreto  
Federal nº 5450/2005, no que couber, e demais legislações aplicáveis. Fundamento Legal do  
Aditivo: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 - Vigência e Execução: de 16/09/2016 a  
15/09/2017. Valor do Aditivo: R\$5.344.662,24 (cinco milhões, trezentos e quarenta e quatro  
mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) - Unidade Gestora 20101 -  
Gestão 01 - Classificação Orçamentária: 339037 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA -  
Programa de Trabalho: 01122600385170019 - Fonte de Recursos: 100 - ORDINÁRIO NÃO  
VINCULADO - Número da Nota de Empenho: 2016NE00031 - Data de Emissão da NE:  
06/01/2016 - Valor: R\$3.383.850,72 (três milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e  
cinquenta reais e setenta e dois centavos) - Data da assinatura: 29/07/2016 - Assinam: pelo  
Contratante, Paulo Cavalcanti de Oliveira; e, pela Contratada, Francisco José Soares Vianna.

Data de Publicação dos termos anteriores: Contrato nº 16/2014 (DODF nº 186, págs. 71-72,  
08/09/2014); 1º TA CT 16/2014 (DODF nº 127, 03/07/2015, pág. 215); 1º TA CT 16/2014 -  
REPUBLICAÇÃO (DODF nº 128, 06/07/2015, pág. 86); 2º TA CT 16/2014 (DODF nº 179,  
16/09/2015, pág. 47-48); 3º TA CT 16/2014 (DODF nº 234, 08/12/2015, pág. 46); e, 4º TA  
CT 16/2014 (DODF nº 16, 25/01/2016, pág. 53).

  
*M. Cristina Bressan dos Santos*  
Assessoria - Segedam

PUBLICADO NO

Diário Oficial do DF nº 149  
de 05/08/16, pág. 67/68



processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: JANE CRISTINA MALAQUIAS DE ALMEIDA. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JANE CRISTINA MALAQUIAS DE ALMEIDA, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00362/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: JANAÍNA MARQUES RIBEIRO. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JANAÍNA MARQUES RIBEIRO, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00363/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: JULIANA WANDERLEY REIS. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de JULIANA WANDERLEY REIS, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00364/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: MARCOS ALMEIDA PIMENTEL. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARCOS ALMEIDA PIMENTEL, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00365/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: MARILIA BIGNARDI HALLA. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARILIA BIGNARDI HALLA, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00366/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: MARILHA NACCARI SANTOS - MEI. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MARILHA NACCARI SANTOS - MEI, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00367/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: MILENA SILVINO EVANGELISTA. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de MILENA SILVINO EVANGELISTA, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00368/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: ROGRIGO CARNEIRO DA SILVA. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ROGRIGO CARNEIRO DA SILVA, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00369/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: VICENTE FERRAZ GONCALVES. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de VICENTE FERRAZ GONCALVES, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00370/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

PROCESSO: 150.001.279/2016. INTERESSADO: THAIS FUGINAGA. ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATORIO. Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de THAIS FUGINAGA, no valor de R\$ R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), especificada na Nota de Empenho nº 00374/2016-FAC, para fazer face às despesas com a prestação de serviços de Consultoria Técnica para Análise de Mérito Cultural do Edital FAC AUDIOVISUAL/2016, em atendimento ao Decreto nº 34.785 de 01.11.2013, apoiado pelo Fundo de Apoio a Cultura - FAC. A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado. Por delegação de competência expressa na Portaria nº 07 de 26.02.2015. Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao FAC/SEC para os demais procedimentos administrativos. Em 3 de agosto de 2016. LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS, Secretário de Estado de Cultura.

## SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

### SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO: 220.000.276/2016 Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER Assunto: Contratação emergencial de serviços de impressão. DISPENSA A LICITAÇÃO E RATIFICO nos termos do artigo 24, inciso IV, c/c artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, Parecer nº 726/2008 - PROCAD/PGDF e Parecer nº 673/2016 - PRCON/PGDF, DISPENSA A LICITAÇÃO E RATIFICO a realização da despesa para contratação da empresa TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., para a prestação de serviços de Impressão e Reprografia Corporativa, compreendendo o fornecimento de equipamentos, instalação e manutenção, exceto papel, no valor total de R\$ 28.745,52 (vinte e oito mil setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para atender as necessidades da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer, determinando a publicação deste ato no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a eficácia necessária. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Contratos e Convênios para demais providências necessárias. JULIO CESAR DOS SANTOS; Subsecretário de Administração Geral.

## PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

CENTRO DE CÁLCULOS, EXECUÇÕES E CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS  
GERÊNCIA DE COBRANÇA

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA  
NÃO TRIBUTÁRIA Nº 122/2016

PROCESSO: 020.001.295/2016 PARTES: DISTRITO FEDERAL/PG x NILVA MARIA DE AGUIAR DIAS. Objeto: O contrato tem por objeto a concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal. HONORÁRIOS DE SU(1)UMBÊNCIA, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR R\$ 1.014,78 (um mil e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos). VIGÊNCIA: 05 (cinco meses), contados da data da assinatura do termo de parcelamento. ASSINATURA: 29/07/2016. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: ADAMIR DE AMORIM FIEL, na qualidade de Procurador-Chefe do Centro de Cálculos, Execuções e Cumprimento de Sentenças da PG/DF, e pela signatária, NILVA MARIA DE AGUIAR DIAS. Brasília/DF, 03 de Agosto de 2016.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2014.  
Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - CNPJ nº 00.534.560/0001-26 - Contratada: AGIL - EMPRESA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA ARMADA - Objeto: prestação de serviço de vigilância patrimonial e segurança pessoal privada armada - Prorrogação de vigência contratual - Processo nº 000.025.963/2014 - Licitação: Pregão Eletrônico nº 59/2013, com amparo na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 5.345/14, pelos Decretos Distritais nºs 23.460/2002, 25.966/2005 e 35.592/2014, Decreto Federal nº 5450/2005, no que couber, e demais legislações aplicáveis. Fundamento Legal do Aditivo: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 - Vigência e Execução: de 16/09/2016 a 15/09/2017. Valor do Aditivo: R\$5.344.662,24 (cinco milhões, trezentos e quarenta e quatro



mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) - Unidade Gestora 20101 - Gestão 01 - Classificação Orçamentária: 339037 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA - Programa de Trabalho: 01122600385170019 - Fonte de Recursos: 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO - Número da Nota de Empenho: 2016NE00031 - Data de Emissão da NE: 06/01/2016 - Valor: R\$3.383.850,72 (três milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos) - Data da assinatura: 29/07/2016 - Assinam: pelo Contratante, Paulo Cavalcanti de Oliveira; e, pela Contratada, Francisco José Soares Vianna. Data de Publicação dos termos anteriores: Contrato nº 16/2014 (DODF nº 186, pág. 71-72, 08/09/2014); 1ª TA CT 16/2014 (DODF nº 127, 03/07/2015, pág. 215); 1ª TA CT 16/2014 - REPUBLICAÇÃO (DODF nº 128, 06/07/2015, pág. 86); 2ª TA CT 16/2014 (DODF nº 179, 16/09/2015, pág. 47-48); 3ª TA CT 16/2014 (DODF nº 234, 08/12/2015, pág. 46); e, 4ª TA CT 16/2014 (DODF nº 16, 25/01/2016, pág. 53).

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2013.  
Contratante: Tribunal de Contas do Distrito Federal - CNPJ nº 00.534.560/0001-26 - Contratada: CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. - CNPJ nº 37.077.716/0001-05 - Objeto: prestação de serviço de brigada de incêndio no âmbito do TCFDF - prorrogação de vigência contratual - Processo nº 008.024.415/2013 - Licitação: Pregão nº 50/2013, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei 8.666/1993, bem como pela Lei Distrital nº 4.611/2011, pelo Decreto Distrital nº 23.460/2002, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Federal nº 5450/2005 e demais legislações aplicáveis. Fundamento Legal do Aditivo: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/13 - Execução de: 24/10/2016 a 23/10/2017 - Valor do Aditivo: R\$1.247.511,48 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e onze reais e quatro e oito centavos) - Unidade Gestora 20101 - Gestão 01 - Classificação Orçamentária: 339037 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA - Programa de Trabalho: 01122600385170019 - Fonte de Recursos: 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO - Número da Nota de Empenho: 2016NE00206 - Data de emissão da NE: 03/02/2016 - Valor: R\$1.006.335,73 (um milhão, seis mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos) - Data da assinatura: 01/08/2016 - Assinam: pelo Contratante, Paulo Cavalcanti de Oliveira; e, pela Contratada, Orlando Lamounier Paraiso Junior. Data de Publicação do termo anterior: Contrato nº 24/2013 (DODF nº 223, pág. 61, 25/10/2013); 1ª TA (DODF nº 88, pág. 76, 06/05/2014); 2ª TA (DODF nº 221, pág. 104, 21/10/2014); 3ª TA (DODF nº 204, pág. 63, 22/10/2015).

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2016.  
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário para compor o patrimônio e atender às demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCFDF, mediante Sistema de Registro de Preços. Processo: 19717/2016 - TCFDF. Valor estimado: R\$2.789.829,78; enquadramento: natureza 44.90.52.42 - Equipamentos e Material Permanente, classificação funcional e programática 01.122.6003.8517.001/9 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do TCFDF, fonte de Recursos 100. Data limite de recebimento das propostas: 19/08/2016, às 14h30min. Cópia do Edital encontra-se à disposição no Serviço de Licitação, no 2º Andar do Ed. Anexo do TCFDF, fone (61) 3314-2742 ou pelos sites: www.tc.df.gov.br e www.comprasnet.gov.br (UASG: 974003). A Sessão Pública será processada no site do ComprasNet, nos termos do Edital. Em atendimento à Lei Distrital nº 5.453/2015, as informações referentes ao certame também estão disponíveis no site www.tc.df.gov.br. link: Consulta Processo do TCFDF.

Brasília-DF, 1º de agosto de 2016.  
ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI  
Pregoeira

## INEDITORIAIS

**OCS - INVESTIMENTOS S/A**  
CNPJ/MF: 00.791.919/0001-40 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 12 de agosto de 2016, às 10:30 horas na Sede Social, no SIA TRECHO 3, Lotes 1130/1180, Parte C - Brasília - DF, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) alteração e eleição da diretoria, Brasília-DF, 1º de agosto de 2016. Orlando Carlos da Silva Junior - Diretor - Vice-Presidente, e Luis Fernando Machado e Silva - Diretor - Vice-Presidente.  
DAR-1.361/2016.

## SAEGUSSA & RIBEIRO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

COMUNICADO  
A empresa Saegussa & Ribeiro Construções e Incorporações Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.782.046/0001-11, localizada à SMA/SUL Trecho 03 Conjunto 03 Bloco A nº 10 Sala 313 - Brasília-DF, comunica que os sócios Carlos Roberto Fumio Saegussa e Francisco Ribeiro Alves, resolvem reduzir o Capital Social da empresa de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) divididos em 2.000.000 (Dois milhões) de quotas, totalmente integralizados em moeda corrente do país, para R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) divididos em 500.000 (Quinhentos mil) quotas, pois o mesmo estava excessivo ao objetivo atual da sociedade. O valor do capital social reduzido de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil de reais) será disponibilizado e distribuído aos sócios na proporção de suas quotas, que é de 50% para cada sócio.  
DAR-1.340/2016.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2016 - IBRAM.  
Processo 391.001.169/2015. Compromissário Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, CNPJ: 08.915.353/0001-23. Objeto: Plantio de 600 mudas de espécies arbóreas nativas, a título de compensação ambiental. Emissor: UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT, Wagner de Castro Araújo, Secretário-Geral; IBRAM, Jane Maria Vilas Boas, Presidente. Data da Assinatura: 09/06/2016.

AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL Nº 012/2016 - IBRAM.  
Processo: 391.001.169/2015. Compromissário Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, CNPJ: 08.915.353/0001-23. Objeto: Autorizar o MPDFT a executar a supressão de indivíduos arbóreos citados no Parecer Técnico 536.000.085/2016-GEFLO/COFLORA/SUGAP/IBRAM. Signatários: MPDFT, Marclena Ribeiro de Vasconcelos; IBRAM, Jane Maria Vilas Boas, Presidente. Data da assinatura: 10/06/2016.  
DAR-1.360/2016.

## BRASILIA COUNTRY CLUB

### AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Torna público que está requerendo do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM-DF, a Licença Prévia para atividade de Exploração Mineral (água), no endereço: SMPW QD 27 Conjunto 3 Lote Clube - Park Way, Brasília-DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental em nome do BRASILIA COUNTRY CLUB.  
DAR-1.365/2016.

## SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA

SDS. ED. BLOCO H, 04 ED. VENÂNCIO IV, ASA SUL -BRASÍLIA - DF  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Terrestres de PUIETE DE T CARGAS DF, no uso de suas atribuições Estatutárias, pelo presente EDITAL, convoca todos os motoristas empregados das empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, localizada no Distrito Federal, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no dia 08 de agosto de 2016, às 14:00 horas em primeira convocação, ou em segunda e última convocação às 14:30 horas, com qualquer número de presentes, no SDS ED. BOULEVARD CENTER (Antigo Conic) - NA SALA 214 para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) apresentação, discussão e aprovação de pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, para negociação de Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência de 1º de setembro de 2016 à 31 de agosto de 2017, nos termos dos artigos 524 e 612 da Consolidação das Leis do Trabalho; b) aprovação da contribuição assistencial, nos termos da alínea "e" do artigo 513 da CLT, com autorização prévia e aprovação de amplos poderes à Diretoria do Sindicato para estabelecer negociações com o referido sindicato patronal a respeito das reivindicações aprovadas, bem como adotar as medidas que se fizerem necessárias para a defesa dos interesses dos trabalhadores, suscitando, no caso de malogro das negociações, o competente Dissídio Coletivo, podendo, também, celebrar acordo nos autos do mesmo. Brasília-DF, 03 de agosto de 2016. JORGE FARIAS DO PATROCÍNIO, Presidente  
DAR-1.367/2016.

## SINDICATO DOS ODONTÓLOGOS DO DISTRITO FEDERAL

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CHAPA

Em cumprimento ao disposto no Capítulo XIII, Seção I, Artigo 55 do Estatuto do Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal, comunico que foi registrada uma única chapa como concorrente a eleição a que se refere o Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do DF e Jornal de Brasília, de 22 (vinte e dois) de julho de 2016 para renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal com mandato para o período de 2016 a 2019, por meio de pleito eleitoral que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2016 com a seguinte composição. Diretoria Executiva: Presidente: Jeovânia Rodrigues Silva; Vice-presidente: Kilderson Bezerra Silva; Secretário Geral: Daniella Gonçalves Torres Miguel; Tesoureiro Geral: Helmer José Chaves Lopes; Secretaria de Convênios e Credenciamentos: Edevaldo Vilela e Adriano Cesar de Menezes; Secretaria de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas: Aroldo Pinheiro de Moura Neto e Raissa de Aquino Rodrigues Ferreira; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Arnaldo Pereira Diniz e Maria Inês Borba de Araújo; Secretaria de Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho: Maria de Fátima Cardoso e Sandra Aguiar Lima de Oliveira; Secretaria de Comunicação, Social, Esporte e Cultura: Leticia Costa Santos e Viviane Aparecida Creechi Bernardi Silva; Secretaria de Atenção às Pessoas Jurídicas: Roger Oliveira Paiva e Tatiana Pereira Vasconcelos; Conselho Fiscal Efetivo: Adhemar Paoliello Freire, Gilson Marra Goulart e Rozângela Fernandes Camapum; Suplentes: Helenise Aparecida Bernardes de Oliveira, Themis Lima Diaz e Reuben Lucena Moraes. Nos termos do Artigo já supracitado acima, o prazo para impugnação de candidatura é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste aviso.Brásilia-DF, 03 de agosto de 2016. Marluce Naves de Deus,Presidente da Comissão Eleitoral  
DAR-1.368/2016.

## SIA OFFICES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

### AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Autorização Ambiental nº 026/2016 para atividade de construção do Empreendimento Imobiliário com destinação comercial Praça Capital, no Setor SIA Sul, trecho 1, lote 630 a 780, processo nº 391.001.447/2013. SIA Offices Empreendimentos Imobiliários S.A - CNPJ: 15.688.487/0001-14. MARIA ANGÉLICA PIZETTA, Analista Administrativo.  
DAR-1.399/2016.

## CECIN SARKIS SIMÃO - FAZENDA SANTA BÁRBARA

### AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a licença de operação, a título de renovação da Licença de Operação Nº 027/2007, para a atividade de AVICULTURA DE CORTE na Fazenda Santa Bárbara, DF- 135, trecho Nova Betânia, São Sebastião, DF, processo Nº 190.000.913/2016. CECIN SARKIS SIMÃO - PROPRIETARIO - CPF 07640552168.  
DAR-1.400/2016.